

AMAZÔNIA SUL OCIDENTAL: NAS FRONTEIRAS (DES)TERRITORIALIZANTES DO CAPITAL

Dermeson de Sousa Lima
Universidade Federal do Acre - UFAC
Mestrado em Desenvolvimento Regional - MDR/UFAC
dermeson@zipmail.com.br

Nas últimas décadas temos observado o desenvolvimento de um processo de dominação do território amazônico que prioriza o valor de troca associado à propriedade privada da terra e de seus recursos que se traduz numa homogeneização das formas e espaços que se (re)criam ao som da reprodução do capital internacional. A internacionalização das formas de trabalho e os avanços científico-tecnológicos nos últimos anos mudaram as relações de produção e trouxeram modificações no modo de vida e nos relacionamentos das pessoas que em consequência modificaram as formas de ocupação e usos do vasto território amazônico tendo como pano de fundo a atuação de atores que propagam o “ambientalismo e o desenvolvimento sustentável”. O ambientalismo passa a fazer parte desta estratégia de dominação deixando de lado a defesa do meio ambiente e a problemas ligados a ele, passando a formar redes de fluxos internacionais com instalação e ações de agências multilaterais, organizações-não-governamentais, instituições de pesquisa-ciência-tecnologia, ativistas independentes, e outros que vêm atuando por princípio na defesa do meio ambiente seja através de manifestações sociais, projetos para a conservação ambiental ou financiamento destes. O meio ambiente, desde modo, torna-se objeto de inquietação internacional e desperta cobiça em todos os níveis por suas possibilidades de vantagens competitivas presentes e futuras no mercado de negócios.

Neste cenário, o Estado do Acre por sua localização na tríplice fronteira Brasil-Peru-Bolívia, num território-fronteira de recursos naturais ocupa uma área de geopolítica estratégica, cobiçada pelo capital internacional. Este artigo tem por objetivo refletir sobre o processo de (des)territorialização na região amazônica pan-americana, focando a região da Amazônia Sul Ocidental, mais precisamente o Estado do Acre no Brasil, discutindo este processo frente à nova geopolítica imposta pelo capital na região, identificando as principais nuances que redesenham o novo mapa geopolítico regional.

Na primeira parte fazemos uma discursão introdutória abordando o cenário evolutivo que o neoliberalismo ambiental perpassado na Amazônia, assim como o jogo de interesses em questão na região, seguindo para o debate em torno do mega projeto da IIRSA na Amazônia Ocidental, dando ênfase processo de desterritorialização em questão. Na segunda parte periodizamos os caminhos percorridos pelo ambientalismo no Estado do Acre, dando prosseguimento a nova roupagem do ambientalismo neoliberal nesta região desvelando o jogo de interesses em questão. E por fim explanamos breves notas os comentários conclusivos.

Geopolítica e ambientalismo: a Amazônia em questão

Os últimos decênios do século XX, foram marcados por grandes movimentos ambientalistas propagados por todo o planeta defendendo as mais diversas causas e bandeiras, voltados principalmente para causas ambientais e sociais. Diversos olhares se voltam para os territórios mais remotos do planeta focando a preocupação e as consequências nefastas do sistema capitalista sobre a exploração dos recursos naturais amadurecendo a consciência ambiental sobre estes temas, assim como, gerando conflitos de interesses econômicos ligados à apropriação da biodiversidade como reserva de valor.

O modelo estatal do bem-estar social esgota-se, acompanhado de diversas crises que abalam o sistema financeiro capitalista, que se debilita pelos déficits constantes e a

incapacidade de apaziguar as crises do mercado financeiro ligados por redes globais. Desta forma, nos últimos decênios do século XX, as funções do Estado voltam aos seus primórdios de acumulação, e passa a defender a sua menor participação no processo econômico e social. Instalam-se os interesses neoliberais de forma efetiva no cenário internacional enfatizados na liberação de mercados, desestatização e privatizações, legitimando as exigências do capitalismo global no espaço nacional, na chamada era globalizada.

Amin (2003, p.11) caracteriza estes aspectos como “utopía permanente del capital”. E periodiza estas transformações “El momento actual de reunificación del mercado mundial (la “libre empresa”) inaugurado por el neoliberalismo a partir de 1980, se ha extendido al conjunto del planeta con el derrumbe soviético.

A hegemonia neoliberal tem no seu cerne a apropriação de territórios alheios, propagando-se por meios e redes ideológicas defensoras da livre concorrência dos mercados, assim como, da circulação e apropriação dos recursos naturais. Estas forças se propagam em prol do desenvolvimento econômico via apropriação dos recursos naturais, numa dicotomia apregoada pelas grandes potências ocidentais, divagando entre a soberba da manutenção do imperialismo com ensejo de ajuda mútua as nações ditas “em desenvolvimento” do hemisfério sul, consideradas por estes, atrasadas e incapazes de gerir seu patrimônio ambiental.

Sobre estes mesmos aspectos Cecenã, Aguiar e Motto (2007, p.09), aduz que: “El neoliberalismo, como proyecto de solución de una crisis que tocaba todos los ámbitos de las relaciones capitalistas, llegó acompañado de su propia manera de apropiarse los territorios y refuncionalizar el espacio”.

A geopolítica mundial, neste momento, passa por um processo de redefinição das forças político-econômicas, inaugurando uma nova ordem internacional, germinado no final da guerra fria e evoluindo nos anos posteriores, estendendo-se no final do século XX e solidificando-se no século XXI. Estes acontecimentos desdobra-se ‘sugerindo avanços e retrocessos, união e fragmentação e ordem e desordem’ configurando um novo mapa geopolítico mundial, marcado por um novo ciclo de lutas e cenários que tiveram nas agências multilaterais, organizações-não-governamentais (ONG’s) e os movimentos sociais como protagonistas de novas territorialidades enraizados através de forças ideológicas e políticas de atuação em diferentes escalas do espaço/tempo/território. (HAESBAERT; GONÇALVES, 2006).

No discurso ambientalista contemporâneo, estão presentes conceitos tais como os de custo de sustentabilidade, responsabilidade socio-ambiental, capital natural ou de capital sustentável, mudando os paradigmas controversos do desenvolvimento econômico. Registra-se ainda, que “o ambientalismo torna-se de uso comum a partir dos anos 1950 relacionado à conservação e preservação”. A partir dos 1960, o ambientalismo passa ao uso comum, associando conceitos como ecocrises, ecocatástrofe e, a partir dos anos 1970, a noção de ecocídio. E nos anos posteriores a biodiversidade e acrescida no discurso ambientalista, que para o autor o termo biodiversidade ‘é um cesto vazio’ no qual cada um coloca o que quer. Soma-se a estes, no final do século XX e início do século XXI, os ideais utópicos do desenvolvimento sustentável. (DUTRA, 2006).

O cenário geopolítico também é acompanhado pela propagação do ambientalismo e instalação da democracia em diversas nações, período este, que o cenário mundial estava constante ebulição da ideologia neoliberal, no qual, foram realizadas diversas conferências e debates sobre o meio ambiente e questões sociais e ambientais¹. Acontecimentos estes,

¹ Neste contexto, destacam-se os debates ambientalistas emergidos no Clube de Roma, Conferência de Estocolmo, Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento-Rio 92 e publicação do Relatório de Brundtland. Já no século XX, a Rio + 10 e as várias edições do Fórum Mundial Social, além do debate em torno da assinatura do Protocolo de Quioto pelos países ditos de “primeiro mundo”, foram eventos que marcaram as grandes debates internacionais sobre o meio ambiente no contexto contemporâneo.

galgados nas conseqüências nefastas do caminho percorrido pelo modelo desenvolvimentista do capitalismo, assim como, a exploração e deterioração dos recursos naturais de forma inconseqüente, que ocasionaram diversas catástrofes ambientais e efeitos nocivos na atmosfera terrestre, se fazendo repensar neste modelo de desenvolvimento, ampliando o debate ambientalista nas diversas esferas políticas e sociais, politizando o debate ambiental.

Haesbaert e Gonçalves (2006), conceitua estas organizações e acrescenta mais a respeito:

Conjunto de entidades cuja atuação se faz para além dos Estados e suas fronteiras internas e externas. Inicialmente, atuavam por razões humanitárias em situações limites de guerra. [...]. Hoje, seu espectro de atuação se ampliou muito, tornando-se mesmo um fenômeno sociológico de grande envergadura. A expressão não-governamental mantém forte ligação com as políticas neoliberais que também propugnam por não governos ou menos governo, sendo amplamente estimuladas por entidades como o Banco Mundial e, cada vez mais, financiadas por grandes corporações empresariais. O terreno social para a existência de ONGs é fértil, não só pelo agravamento das desigualdades sociais e devastação ambiental no mundo, como para a boa fé e vontade de jovens com formação técnica e universitária que não encontram trabalho formal por causa da própria revolução em curso nas relações sociais e de poder da tecnologia. (p.149).

Conforme Gomes (2006), a articulação destas instituições via financiamento para concretização dos trabalhos das ONG's ambientalistas é uma realidade presente, e seus representantes passam a articular-se com o governo, empresas nacionais ou multinacionais, bancos de fomento para captação de recursos financeiros. Assim, as ONG's passam a ser financiadas por essas entidades mantendo relações mercantis com suas metrópoles e negociações internacionais formando fluxos de redes informações, chamando atenção para a possível prevalência de interesses dessas entidades financiadoras na atuação das ONG's.

Esta lacuna deixada pelo Estado neoliberal passa a corroborar aos interesses do capitalismo imperialista de cunho neoliberal, abrindo espaço para atuação de agências multilaterais, disseminando empresas multinacionais acompanhadas principalmente por ONG's, que passam a atuar fortemente do setor de serviços em grande expansão após medidas de privatização do setor estatal nacional.

As organizações e grandes empresas multilaterais passam a assumir este vácuo abandonado pelo Estado na área de saúde, educação, energia, comunicação e meio ambiente, entre outras áreas. Soma-se a estas medidas de ajuste estrutural a liberação financeira e comercial, flexibilização do mercado de trabalho, além da estabilização da moeda que tem como finalidade atrair investimentos estrangeiros.

De acordo com Haesbaert e Gonçalves, (2006, p.123) “O ambientalismo torna-se uma questão central até por causa da des-ordem ecológica global”. Os mesmos autores também caracterizam este período como “neoliberalismo ambiental”, prescritos pelo Banco Mundial nas suas agendas de desenvolvimento, fazendo da natureza uma moeda a ser mercantilizada no mercado financeiro e nos acordos bilaterais que tendem diluir as barreiras comerciais.

A par disso, o discurso neoliberal apropriou-se do discurso ambientalista incluindo os termo desenvolvimento sustentável em sua premissas de negociação, atualizando seus métodos de propagação com novas roupagens e ferramentas transfronteiriças de propagação e dominação. Assim, o este discurso fica em forte ascensão no início do século XX, apropriado pelos governos, as elites, os políticos, empresários e os bancos internacionais.

Conforme assevera Banerjee (2006), a apropriação da natureza e sua transformação em uma fonte de matérias-primas tem sido sempre parte da agenda ocidental de desenvolvimento. A inserção da natureza no mercado econômico e financeiro global é vista

como produto a ser consumido e vendido no sistema capitalista. O discurso contraditório desenvolvimentista de outros períodos “integrar para entregar” e o ambientalismo contemporâneo do desenvolvimento sustentável se intercalam reproduzem efeito nefasto de subdesenvolvimento, dependência, endividamento que são liquidados através das transferências de riquezas naturais para nações imperialistas.

Assim, o termo desenvolvimento sustentável faz parte do discurso ambientalista contemporâneo tendo o como pano de fundo o bem estar humano ambiental numa dimensão global de forma contraditória, pois qualquer forma desenvolvimento capitalista nos moldes atuais é predatória e excludente, distanciando o equilíbrio da sociedade com a natureza.

Segundo Becker (2006), a América Latina e a Amazônia são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista, concretizando-se na atualidade como uma economia de fronteira calcada na incorporação de novas terras e apropriação dos recursos naturais como viés para seu crescimento econômico, sendo considerado como ‘linear e infinito’ imerso numa escala local, nacional e global. E a mesma autora acrescenta que: “Entre 1960-1980, a região foi alvo de um projeto nacional geopolítico de desenvolvimento aliado ao capital internacional”. (p.46).

A desterritorialização neste território nos últimos decênios, refletiu-se na especulação fundiária diretamente influenciada pela implantação da agropecuária na região, projetos voltados à mineração e energia que ocasionou vários conflitos pela posse da terra. Nesse passo, a Amazônia pan-americana é uma realidade latente desta nova geopolítica, sendo uma região estratégica, alvo desta espoliação via atuação de várias organizações multilaterais e de ONG’s compartilhadas pela ingerência do Estado nacional, num cenário que envolve relações de poder, pressão e intervenções, apropriação e espoliação do território amazônico.

O ambientalismo abre espaço para questionamento do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e educacional dominante, necessitando voltar as suas premissas de defesa e a construção de uma nova realidade social, não só com ênfase no uso responsável dos recursos naturais, mas com respeito a grupos étnicos, à diversidade cultural e à saúde e segurança do indivíduo, inserindo-o no contexto no qual, possa viver tendo possibilidades de exercer a sua cidadania.

Integração Amazônica versus ao capital, território e ao ambientalismo

A territorialização da Amazônia por suas dimensões geográficas extrapola o poder do Estado Nação, pois a região extrapola os limítrofes nacionais abrangendo vários países vizinhos formando a pan-amazônia, sendo que suas relações passa a ser atrelada a aliança de redes internacionais de fluxos que atuam neste território. Neste contexto, o Estado está ligado ao controle político, jurídico, administrativo, fundiário e defesa, sua ação constitui-se como um grande agente territorializador e desterritorializador quando ele imprime estas funções concretizadas através dos movimentos populacionais, grandes obras, planos governamentais, em suma, através da concretização de sua política governamental. (HAESBAERT, 2006a).

Os avanços tecnológicos em prol da ciência e desenvolvimento econômico das nações imperialistas vão incidir diretamente na apropriação dos territórios amazônicos, através instalação de organizações multinacionais, além do financiamento de pesquisas e grandes obras públicas que se tornam estratégicas para seus investidores para obtenção de dividendos financeiros. Estas intervenções se traduzem fisicamente na execução de infra-estrutura multimodal que visa e intenta, escoar e apropriar-se dos recursos de territórios abastados em biodiversidade negligenciando as conseqüências nefastas que esses projetos acarretam para o meio ambiente, assim com para as populações regionais.

Desde então, a tecnologia vem avançando, incentivada por grandes grupos financeiros e econômicos, que passam a financiar cientistas em todo o mundo,

para servir a seus interesses. Os avanços tecnológicos vão incidir tanto sobre as populações como sobre os recursos naturais. Empresas multinacionais, além de retirarem da natureza as variedades genéticas para suas pesquisas em biotecnologia, se apropriam das reservas naturais dos países ricos em biodiversidade, com a implantação de grandes obras de infra-estrutura. As populações passam a servir de mão-de-obra barata, perdendo seu legado histórico, cultural e de sociabilidade. (SAID, 2005, p.14).

Na América-latina e na Amazônia, o Estado associa-se com os grandes agentes multilaterais enebriados através de redes de fluxos e jogos de interesses traçam uma nova geopolítica internacional de cunho estratégico propondo uma integração do continente sul-americano, que tem pano de fundo a apropriação de recursos naturais, diluição das barreiras e gargalos na sua infra-estrutura para aplicação dos fluxos comerciais intra e inter-continental, observando a região em questão, como uma reserva de valor futuro no mercado negócios.

Becker (2006) observa a região dentro de um princípio de transversalidade, no qual o meio ambiente participa de todos os eixos desenvolvimentistas governamentais em várias escalas de domínio geopolítico. Entre estas estratégias e os grandes acordos traçados para o território latino-americano se sobressai por sua magnitude o megaprojeto denominado Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana-IIRSA², acordado pelos governos latinos e instituições multilaterais em várias escalas em áreas estratégicas como transportes e energia. Os interesses estão vinculados diretamente as demandas externas do mercado mundial e das transnacionais instaladas na região e não às necessidades regionais das populações locais.

[...], IIRSA que tem como objetivo a integração do continente através da interconexão física. Para isto, implantam-se reformas do Estado a fim de facilitar a livre movimentação do grande capital, viabilizada pela implementação dos “Eixos de Integração e Desenvolvimento” para a América do Sul, e dos “Eixos de Integração Nacional”, no caso do Brasil. Através de sua política externa, tendo como principal instrumento econômico o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o governo brasileiro tenta consolidar a sua hegemonia neste processo de integração continental. (CARRION; PAIM, 2006, p. 03).

A privatização dos recursos naturais, assim como, destes territórios vislumbra os grandes objetivos destes investidores do capital privado focados na ideologia liberal da abertura mercados tendo em vista a apropriação das riquezas, de forma mais clara, a livre circulação biodiversidade que estes territórios podem oferecer. A tendência da propagação da rede de fluxos, comunicação e circulação a superar as fronteiras do Estado Nação, via fluxos financeiros, mercantis e informações, redesenhado fluidicamente a nova geopolítica mundial.

Neste mesmo contexto, Cecenã, Aguiar e Motto (2007) acrescentam sobre os verdadeiros interesses e os atores envolvidos no mega-projeto da IIRSA, em avançado processo de implantação no continente latino-americano, logo a seguir:

Para lograr todo ello, y ante la esquizofrenia de tratar a la naturaleza a la vez como objeto del deseo y obstáculo, el territorio sudamericano ha sido subdividido de acuerdo a sus virtudes económicas y estratégicas. Destacan dos regiones por su actividad industrial y concentración poblacional, es decir, por la fuerza de trabajo real y potencial que ofrecen, y el resto por las dádivas de la

² Acordo firmado entre os governos dos países sul-americanos e agências multilaterais de desenvolvimento visando a integração continental da América Latina num viés geoeconômico, através de vários eixos, processos setoriais e áreas prioritárias focados principalmente no transportes intermodal, energia e transportes no ano 2000.

naturaleza, puesto que se trata de poner en ruta la explotación de yacimientos hidrocarburíferos, minerales, genéticos, acuáticos y también agropecuarios. Justamente porque la IIRSA está pensada a partir de la demanda tiene un diseño centrífugo, extractivo, de expulsión de riquezas hacia los centros de demanda. [...]. No obstante, como bien nos recuerda Raúl Zibechi, es un proceso de doble orientación, en el que no hay que dejar de considerar las lógicas regionales, a pesar de que la dinámica global está marcada por os intereses y perspectivas del gran capital mundial y de su centro hegemónico. Así, en el caso de IIRSA “[se trata] de una integración doblemente subordinada: a Brasil, por parte de los países sudamericanos, y del conjunto de la región al mercado y el empresariado mundiales.” (p.17-18)

A ampliação e fortalecimento das relações econômicas em escalas regionais e global passa a fazer parte da agenda política brasileira, estando estas, sendo desenvolvidas concomitantemente com interesses integracionistas e geopolíticos com os demais países sul-americanos, orquestrado pelo Banco Interamericano Desenvolvimento - BID. Acrescenta-se neste debate a participação decisiva das forças políticas brasileiras configuradas através do Estado. O acordo foi negociado e firmado pelo governo brasileiro no ano 2000, na sua capital federal, e seguido por gestões posteriores com outros títulos, mas seguindo as mesmas estratégias integracionistas neoliberais.

Conforme Said (2005) a IIRSA é implementada numa estratégia de implantação de ajuste estrutural no território latino-americano e de jogos de interesses regionais. A mesma pesquisadora acrescenta mais a seguir:

A prioridade da IIRSA é o atendimento a grandes produtores de soja, empresas privadas nacionais e internacionais, madeireiros, mineradores, empreiteiras e bancos, com grande foco na Amazônia, para torná-la um grande corredor de exportação de produtos tanto para outras regiões do país como para outros países, sem guardar preocupação com questões de ordem social, ambiental e territorial. Essa proposta de integração dos países do continente sul-americano, que tem no governo brasileiro seu grande incentivador, está contribuindo para aprofundar os problemas relativos à ocupação da Amazônia, à degradação ambiental, ao deslocamento involuntário de populações e a conflitos ambientais e conflitos pela terra. (ibidem, p.34).

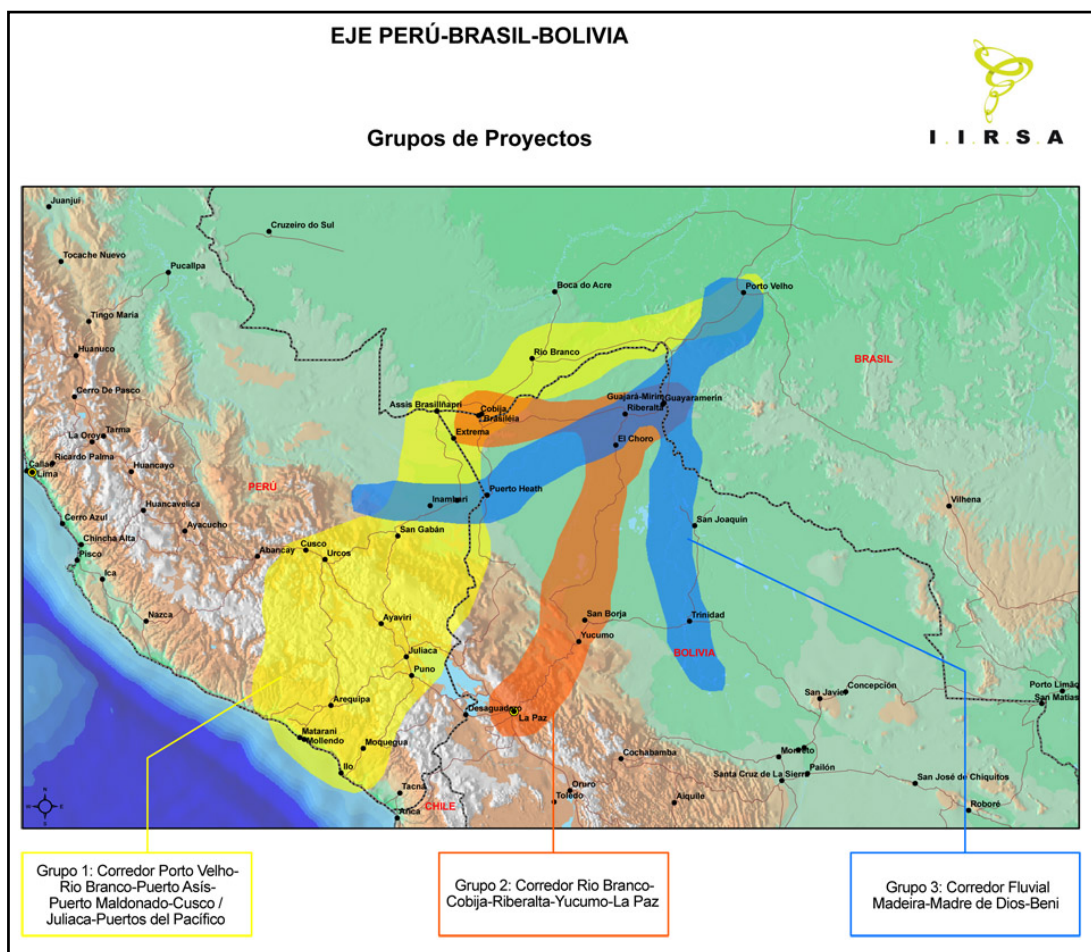
O Estado brasileiro é tido como um de seus maiores financiadores deste mega-projeto integracionista através dos seus bancos desenvolvimento nacional, associado das agências multilaterais e a iniciativa privada. Esta estratégia política facilita a entrada de capitais estrangeiros e nacionais em territórios vizinhos, reproduzindo a mesma estratégia a nível de global, no qual empresas brasileiras participam da efetivação destas grandes obras, assim como, exploração de recursos naturais destes territórios, através de vantagens competitivas nas negociações e infiltrações de empresas estatais transnacionais na região. (CARRION; PAIM, 2006).

A internacionalização de espaços pouco povoados demograficamente e ricos em biodiversidade perpassa pela cobiça internacional e a propagada “governança ambiental” num jogo de poder e espoliação. A esta interferência são justificados por seus mentores pela incapacidade destas nações de gerir o patrimônio ambiental, assim como, os problemas por esse mau gerenciamento tem causado diversos tipos de danos ambientais com conseqüências de forma global. (HARVEY, 2004).

Cruz (2007) aduz que os olhares se caracterizam de ‘midiáticos’ sobre a região pan-amazônica, por sua propagação televisiva no cenário mundial de suas belezas naturais, assim como, dos seus problemas ambientais, destacando também a sua posição de centralidade estratégica, geopolítica, econômica que a região ostentou a fase contemporânea do pós-ambientalismo. Por conseqüência, vários olhares se voltam para imensidão amazônica, como

vetores do capital globalizado desterritorializante de territórios, fronteiras e identidades/ideologias, inebriado num grande fluxo de capital externo circulante através de redes de fluxos via financiamentos externos voltados para a um propagado “regionalismo conservacionista e integrador”.³

Estes territórios geralmente estão localizados no hemisfério sul, na faixa tropical e intertropical que concentra valiosas riquezas naturais, fonte das mais diversas matérias-primas de grande disputa mercado de negócios da natureza, sendo alvos da cobiça e mercantificação dos recursos naturais. Nestes viés, forças políticas redesenham o mapa geopolítico regional através de implantação de megas infra-estruturas e de ações de cunho desenvolvimentista com vistas a integração inter-continental, expropriando as populações tradicionais, assim como seu patrimônio ambiental, histórico e cultural. Abaixo visualizamos o mapa integracionista do Projeto IIRSA para Amazônia Sul Ocidental.



Fonte: IIRSA, 2004 apud SILVA, 2004.

A geopolítica estatal volta-se neste momento para integração do país e da região da Amazônia Sul Ocidental que abrange uma grande extensão de fronteira com os países andinos da Bolívia e do Peru. Estes países, junto com Brasil (Acre e Rondônia) lhe conferem um papel relevante nesse processo de integração sul-americana, assim como o território nacional,

³ Entres estes olhares desterritorializante destaca-se a tentativa de intervenção da organização “desenvolvimento” internacional da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), esta organização americana de propôs no de 2005, o projeto Iniciativa de Conservação da Bacia Amazônica, propondo uma “governança ambiental multinacional e efetiva”, em várias regiões fronteiriças da Amazônia Ocidental sul-americana, mais precisamente no território amazônico da Bolívia, Peru e Brasil.

visando interligar os corredores rodoviários hidroviários aos portos situados na costa litorânea do Pacífico e Atlântico. O empenho por parte do governo brasileiro e acreano em estabelecer e ampliar as relações comerciais em direção ao eixo Brasil-Pacífico, demonstra que nesse momento a inserção ao contexto global de espóliar em níveis macro os recursos naturais destes territórios. Ademais, a busca da integração latino-americana alçados na utopia do desenvolvimento sustentado e integração intercontinental, se fazem, através da ampliação da participação da iniciativa privada internacional, formadas por grandes corporações mundiais. Atuação destes atores visa ocupar e integrar a região pan-amazônica, reduzir o tempo de viagem, neste caso das exportações com destino ao mercado oriental e europeu, concretizando a região uma grande fornecedora de matéria-prima e energia para subservir os grandes centros comerciais regionais e mundiais. Estas ações excluem os mercados locais, assim como, as populações destes territórios num processo de desterritorialização excludente e nefasto.

Amazônia Ocidental e caminhos desterritorializantes do ambientalismo

A região da Amazônia Sul Ocidental é composta pelo país do Brasil (Estado do Acre, Rondônia e sul do Amazonas), Peru (Departamento de Madre Diós) e Bolívia (Departamento de Pando e Beni) configurando-se este território como um grande palco de atuação do propagado ambientalismo neoliberal. Localiza-se numa região estratégica por sua proximidade e acesso ao Oceano Pacífico possibilitando acesso mais ágil ao mercado asiático determinando uma territorialidade ímpar na região.

Este território está adormecido sobre um valioso tesouro pouco explorado por suas nações e de grande cobiça internacional, constituído por grandes reservas de gás natural, petróleo, minérios, águas superficiais e subterrâneas, bacias hidrográficas com capacidade de geração elétrica e navegação. Além, da última e mais rica mancha de floresta tropical do planeta com grandes possibilidades de ganhos financeiros ligados exploração florestal e fármacos, além da sua mega-biodiversidade e ligados aos conhecimentos etno-culturais de suas populações tradicionais.

Na atualidade o pano de fundo do novo colonialismo que se propaga na região, está calcado em jogos de interesses econômicos sempre voltados para exploração destes recursos naturais, desde o período de seu descobrimento, desdobrando-se por toda sua história até chegar os dias atuais. Momento este, caracterizado como um novo ‘neocolonialismo’ sobre os olhos do capitalismo internacional com vistas na apropriação de seus bens naturais do território amazônico.

O Estado do Acre efetivamente se consolidou como a última fronteira adicionada ao território brasileiro, processo este também atrelado a interesses econômicos voltados a apropriação de recursos naturais, neste caso a abundância de seringais nativos na região que produziam látex, matéria-prima para fabricação da borracha, estes interesses se voltam para região no contexto atual ligados a outros tipos riquezas naturais.

No período anterior registra-se uma das primeiras grandes tentativas de intervenções internacionais do capital imperialista na região através do “Acordo Bolivian Syndicate⁴”, que culminou a Revolução Acreana⁵ que propiciou as negociações que levaram a anexação do Território do Acre ao Brasil em 1902.

Assim, o território acreano é envolvido na geopolítica mundial através de forças externas e internas voltadas a apropriação de recursos naturais, que desdobra-se desde das primeiras expedições de reconhecimento da região, passando por período de conflitos fronteiriços e do seu

⁴ O Bolivian Syndicate era um consórcio, com sede em Nova Iorque, constituído entre o governo da Bolívia e por capitalistas ingleses e norte-americanos, no qual contitua-se em um contrato de arrendamento da região do antigo Território do Acre por trinta anos concedendo a administração fiscal da região, podendo assim cobrar toda a espécie de impostos, direitos alfandegários, usufruir rendas de terras, de conformidade com as leis bolivianas.

⁵ Conflito armado entre os seringueiros brasileiros liderados por Plácido de Castro contra bolivianos. Sendo os brasileiros vencedores o que levou após as negociações diplomaticas entre os dois países anexão do Acre a Brasil.

estabelecimento como unidade federativa até os dias atuais. O controle e a efetivação deste vasto território amazônico, efetivou-se por intervenção do governo brasileiro em momentos distintos e lugares estratégicos para assegurar a sua soberania sobre a região, assim como, do seu patrimônio natural. Estas intervenções ao mesmo tempo delimitaram suas fronteiras geopolíticas e ao mesmo tempo sempre deixou lacunas para intervenção do imperialismo na região.

Becker (2004, p.25) aduz que “os surtos voltados para produtos extrativos de exportação, as estratégias de controle do território e os modelos de ocupação marcaram toda a formação territorial da Amazônia, estando presentes até os dias atuais”. Convém evidenciar num período mais recente o que esta pesquisadora de temas amazônicos denomina de “fase de intervenção do planejamento regional estatal”, alvo de um projeto nacional geopolítico de desenvolvimentista aliado ao capital internacional.

Na atualidade este processo de ocupação se consolidou de forma efetiva via interesses mercantis voltados o que a mesma autora denomina de uma ‘região fronteira de recursos naturais ou uma região estoque de natureza’, sendo estes, focos constantes embates políticos e ideológicos com ações estratégicas que efetivamente traçam sua mobilidade formando um território de grande importância geopolítica.

No território da Amazônia Ocidental, este processo refletiu-se na especulação fundiária diretamente influenciada pela implantação da agropecuária na região, que ocasionou vários conflitos pela posse da terra pelos os antigos moradores, os extrativistas. No Estado do Acre, esse cenário que germinou organizações sociais reporta-se aos anos 70 e 80, através da organização dos movimentos sociais diversos em prol da defesa de seus direitos sociais e ambientais das populações tradicionais⁶.

Estes movimentos se propagaram acompanhando a importância da questões ambientais vinham ganhando nas agenda de desenvolvimento de várias nações impulsionadas pelo movimentos internacionais, que viram na América Latina um grande espaço de atuação devido as suas mazelas sociais e ambientais. Estes organizações tornaram-se parceiras dos movimentos sociais organizando os chamados “povos da floresta” que tinha na região do Alto Acre os maiores conflitos fundiários germinados pela nova territorialidade agropecuária instalada na região.

O socioambientalismo volta-se para o Acre, com maior ênfase a esta região devido aos conflitos emergidos principalmente em Brasiléia e Xapuri, região estas valoradas e especuladas com abertura da Br-317, tendo na contra-mão os mais vastos territórios povoados por populações extrativistas devidos imensidão dos seringais nativos ricos e seringueiras e castanhais. O movimentos sociais configurados principalmente no sindicalismo de trabalhadores rurais, assume a causa desses excluídos e torna-se seus principais representantes.

No decorrer dos anos os sindicatos rurais foram de fundamental importância para a organização e o amadurecimento político e social dos seringueiros. Fazendo surgir grandes lideranças sindicais na região do Alto Acre, como Wilson Pinheiro, Ivair Higino, Chico Mendes e Osmarino Amâncio, entre outros, que buscaram novas bandeiras de luta a favor dos seringueiros excluídos e da defesa do meio ambiente, o seu território de sobrevivência. Mas, foi Francisco Alves Mendes Filho, Chico Mendes (1944-1988), que se destacou como uns dos maiores idealizadores dos movimentos sociais na região, e lutou pelos direitos dos povos e a defesa da floresta ampliando a atuação do movimento a ‘fronteiras além mar’. (LIMA, 2003).

Este movimento formou-se em parceria de várias entidades sociais, encabeçadas pelo movimentos seringueiros, sindicato de trabalhadores rurais, igreja católica e partidos esquerdas com apoio de intelectuais na área política, acadêmica, artística e jornalística, além das ONG’s. As principais lideranças do movimento ajudaram organizar em 1985 em Brasília-

⁶ Populações tradicionais aqui é refere-se as populações extrativistas subdivididas em seringueiros, índios e ribeirinhos que fazem do uso extrativo da castanha-do-brasil e extração do leite da seringueira, o látex para produção da borracha, como meio de sobrevivência, esta denominação também se confunde com povos da floresta muito utilizado nesta categorização midiática contemporânea do meio ambiente.

DF, o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros com iderário da união dos povos das florestas que teve entre seus frutos a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros. Vale destacar também entre suas propostas que visavam a desenvolvimento e preservação do meio ambiente a proposta de criação das Reserva Extrativistas-RESEX para Amazônia.

Na Amazônia ocidental, os movimentos ambientalistas prosseguiram com muito fervor, a luta dos seringueiros conjugados a numerosos problemas no trecho da BR-364 em Rondônia, barraram os empréstimos internacionais para a BR-364; os seringueiros agora em conjunto com a população indígena iriam formar a ‘Aliança dos Povos da Floresta’ prosseguindo com a luta pela criação das reservas extrativistas, já esboçadas no I Encontro Nacional dos Seringueiros. Em 1987 o INCRA, por meio da portaria 627, instituiu como componente do Plano Nacional de Reforma Agrária a figura do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), em 1988, o Governo do Acre, atendendo a pressões, decreta a criação da Reserva Extrativista de São Luis do Remanso e depois para Projeto de Assentamento Extrativista. (SEVÁ, 2002, p.34).

Estes aspectos são interessantes, pois configuram um marco histórico, no qual, se estabelece comparações com outras formas de luta e resistência pela posse da terra na região e no Estado do Acre, no qual, culminou uma proposta de Reforma Agrária que incluem e valoram as populações tradicionais e sua etno-cultura naquele momento e anos posteriores.

O movimento social encabeçado pelas lideranças acreanas, liderados por Chico Mendes, passa a alcançar repercussão nacional e internacional por suas denúncias contra depelação do meio ambiente provocados pelos grandes projetos voltados para região, que expoliava a natureza e as populações tradicionais de seus territórios. Neste contexto, o movimento acumulou grandes inimigos concentrando grandes latifundiários/pecuaristas, políticos e empresários, no qual, a rivalidades entre estes grupos culminou no assassinato de várias lideranças regionais.

Sobre o desdobrar destes conflitos no meio rural acreano, Pinheiro (2007) destaca o assassinato do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasília em 1980, Wilson Pinheiro, como a primeira perda de liderança do movimento. E o mesmo autor diz que: “O movimento seringueiro acreano perdia o seu primeiro grande líder. E se desencadeava, imediatamente, um onda de violência que iria, oito anos mais tarde, mudar a história das relações entre homem e meio ambiente no Brasil”.

Este momento refere-se perda de um dos seus grandes representantes „Chico Mendes“. O movimento, que ganhou grande repercussão internacional com assassinato de seu maior líder, o ex-seringueiro Chico Mendes. Anos posteriores as populações tradicionais organizadas adquiriram apoio de vários segmentos políticos, religiosos, acadêmicos, científicos e ambientalistas a nível nacional e internacional, tentando manter os ideais de seus precursores. Vale lembrar, apesar de grandes conquistas após os anos 90, o movimento social ligado ao socio-ambientalismo adoece com a perda de seu maior idealizador, e envereda-se nas chagas neoliberais embriagando-se no capitalismo verde do discurso do desenvolvimento sustentável, distanciando-se progressivamente dos ideais de origem, aspectos estes, debatidos a seguir.

O ambientalismo e a nova roupagem neoliberal, o Acre em focos

Estas circunstâncias e acontecimentos abordados anteriormente são considerados com um marco historico para solidificação de um processo de ideologia política que iria se consolidar em anos posteriores, tendo estes ideais de desenvolvimento ligados ao ambientalismo praticados pelas ONG’s e o setor político-estatal, levantando a bandeira do desenvolvimento sustentável como estratégia de política governamental atrelado ao

imperialismo. O ambientalismo contemporâneo resurge no século XXI, assim como no Estado do Acre, com uma nova roupagem que passa a fazer parte da agenda política como uma estratégia de angariar recursos em prol do desenvolvimentismo neoliberal. Neste processo diversos atores que formavam o movimento no passado, são cooptados e passam subservir ao capital imperialista propagando o neoliberalismo ambiental.

Para Paula (2003, p.239) estes atores agem como verdadeiros mercadores da natureza que reproduz um ciclo vicioso de desenvolvimento insustentável, e acrescenta mais a seguir:

Revestida de uma nova ‘alegoria’ em que os diversos atores sociais passam a figurar como “parceiros” de agências e organismos multilaterais quando na verdade, foram convertidos, na sua maioria, em mercadores da natureza, a Amazônia em geral e o Acre em particular permanecem, no limiar do século XXI, como meros reservatórios de matérias-primas. As escolhas e escalas de exploração mantêm-se subordinadas às demandas criadas pelo núcleo mais dinâmico do processo de acumulação capitalista, que acaba determinando “de fora para dentro” a agenda dos diversos agentes atuantes na região, [...].

A articulação dos movimentos ambientalistas com ONG’s e o Estado com a cooperação financeira internacional se concretizam com os principais atores do novo cenário geopolítico ambiental, que inserem no espaço latino-americano amazônico através de agentes e redes de fluxos que desterritorializam o território, conhecimentos e tradições das diversas populações.

No Estado do Acre, o aparecimento das ONG’s ocorreu estreitamente vinculado à questão ambiental de preservação da floresta amazônica, originada da luta pela terra dos trabalhadores da floresta, em um contexto mundial de contestação das políticas do Banco Mundial por várias ONG’s ecológicas. Esse movimento teve bastante repercussão nos países imperialistas por encontrar lá uma ‘consciência ecológica’ que tem como preocupação central a preservação dos recursos naturais como fatores de produção para o capital, em uma realidade onde o conhecimento científico e tecnológico, com a biotecnologia, revoluciona o setor de alimentos e remédios, e necessitam desses recursos naturais como insumos. (CAMELY, 2008, p.09).

Um novo ciclo se forma, seria o que Harvey (2004) chama de ‘acumulação via espoliação’, que transforma bens naturais e culturais em mercadorias a serem mercantilizadas, através de políticas de espoliação via de créditos financeiros, o que o mesmo caracteriza como a “mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas”.

Forma-se um novo ciclo contemporâneo com ampla participação dos movimentos sociais e sociedade civil organizada em diversas escalas de atuação, no qual, o território acreano passa a ser inserido nos grandes mercados verdes, mercantilizados e voltados à exploração da natureza. O poder público no nível micro e macro em escala nacional são os principais atores desse ciclo delineando uma nova territorialidade para região através de grandes projetos.

A parceria, Governo do Estado do Acre e agentes multilaterais, se fizeram presente no financiamento para pavimentação da BR-364, permitindo a interligação com Porto Velho-RO e o centro-sul do país. No período mais recente, para elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE/AC e o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado – PDSA, financiados por instituições multilaterais como BID, Banco Mundial e Cooperação Técnica Alemã. Essas ações possibilitam a exploração de recursos naturais sistematizados pelo ZEE/AC e a ligação das regiões mais remotas do Estado do Acre, como as recém criadas florestas de concessão pública. Além da possibilidade de acesso das regiões fronteiriças com as rotas do comércio internacional, estabelecendo desta forma, territórios-redes integrados a uma nova geopolítica internacional.

Na atualidade esta parceria se reproduz na abertura da rodovia transoceânica “Estrada ou Carretera do Pacífico”, a pavimentação das BR-317 e BR-364, ligando a capital ao extremo sul e oeste do Estado, respectivamente estas duas rodovias estão inseridas nos eixos de integração do mega-projeto da - IIRSA, que atualmente estão em avançado estado de concretização.

Soma-se a estas ações a articulação política administrativa do executivo e legislativo brasileiro que redesenha o sistema florestal nacional nos últimos anos, revisando os marcos legais, instrumentos políticos, jurídicos e econômicos para implantação das concessões das florestas públicas, através da lei 11.284 de Março de 2006, que trata da gestão das florestas públicas e a reformulação dos órgãos ambientais brasileiros.

No território acreano estas alianças se formaram intercalados no viés neoliberalismo ambiental e político que consolidou-se gradativamente, alcançando escalas temporais e domínios que se propagam em níveis macro e estão em estágios avançados de implementação. A sua concretização local, foi criada com amplo apoio político a Lei de Concessão de Florestas, voltados a planos de manejo e certificação florestal, seguidos da criação de diversas unidades de conservação que permitem seu uso múltiplo das florestas como madeira, frutos, sementes, resinas, óleos etc.

Para Pinheiro (2007), surge no final do século passado, os ideais da florestania, que para o mesmo, não passa de um “neologismo, que junta num mesmo vocábulo os termos floresta’ e cidadania’. A tentativa de estabelecer o direito de cada um dos habitantes da floresta acreana, inclusive os que não existem para os país por não possuírem, sequer, uma certidão de nascimento. (p.03) ”. Convém ressaltar, a respeito ao neologismo da apologia florestal, que os mesmos ganham respaldos, ou seja, são propagados evidenciados no aparelho estatal de comunicação presentes estrategicamente em todos municípios acreanos, ressaltando na mídia a exploração sustentável dos recursos florestais, e valorando personagens históricos e simbolismos regionais⁷.

A associação destas ONG’s com Estado e o capital externo (local x global), formam através de uma rede fluxos de informações jogos de interesses e poder, traçando uma diversidade de múltiplos territórios e atores, assim como, reprodução do imperialismo capitalista na Amazônia Ocidental.

As Regionais do Alto e Baixo Acre, são as regiões mais povoadas e com melhor infraestrutura do Estado Acre, é integrada com todos os seus municípios através da BR-364 e 317, formando o maior eixo rodoviário do Estado. Nos últimos anos, esta região tem recebidos vários empreendimentos estatais para adequação desta nova realidade desenvolvimentista voltadas a economia florestal, como a Fábrica de Camisinhas – NATEX, Fábrica de tacos que se diz ser com madeira certificada, a exploração madeireira da Floresta Estadual do Antimary e a criação de diversas florestas públicas no percurso da BR-364, além de outros empreendimentos e ações de menor cunho.

Os empreendimentos públicos financiados pelo capital público-privado, serão repassados para iniciativa privada, e formam um mosaico de ações que junto com Estrada do Pacífico, que vai formar as principal saída dos recursos naturais, agora legalizados para os grandes mercados externos, redefinindo assim, o mapa geopolítico da Amazônia Ocidental, desfigurando antigos territórios habitados por populações tradicionais. Estas ações estão intrínsecas em num grande jogo de interesse voltado ao capital internacional, implícitos claramente nos eixos de integração do consórcio da IIRSA e Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, seguidos pelo Plano Amazônia Sustentável - PAS, do governo brasileiro, que segue os mesmos preceitos e concretiza as diretrizes

⁷ No final do século passado, a gestão política administrativa vigente intitula o seu slogan de governo como o “Governo da Floresta” e propaga a florestânia, que seria uma nova forma de governar, levando cidadania aos povos na floresta. Registra-se ainda, parcerias do Governo Estadual e Federal na qualificação de mão-de-obra voltados a economia florestal, como estratégia de desenvolvimento regional, capacitando mão-de-obra para esta nova fase desenvolvimentista florestal.

do programa maior, o mega-projeto IIRSA, definido para esta região da Amazônia Ocidental no Eixo Peru-Brasil-Bolívia.

O eixo Peru-Brasil-Bolívia possibilitará a integração desde Porto Velho-RO até os portos peruanos de Maratani e Ilo, passando por Rio Branco-AC possibilitando, dessa forma, mais um caminho em direção aos países da Ásia e da Oceania, bem como integrar-se-á ao eixo multimodal do Amazonas a partir da hidrovía Madeira-Amazonas, permitindo a circulação de produtos nos sentidos Leste-Oeste e em direção ao Norte através da BR-174. [...]. O eixo Peru-Brasil-Bolívia é de grande importância para os produtores de soja de Rondônia e do estado do Mato Grosso, principalmente. (SILVA, 2004, p.33).

No Estado de Rondônia este processo de integração voltados a grandes projetos de infraestrutura está mais avançado, como a construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira (Usinas de Jirau e Santo Antônio), Gazoduto Urucu-Porto Velho e da ponte sobre o Rio Guaporé em Guajará Mirim. Adiciona-se a este processo desterritorializante rondoniense, o avanço das lavouras de soja e da agropecuária no bioma amazônia-cerrado, a concessão de suas florestas públicas que estão em estágios avançados de licitação para posteriormente adquirirem a concessão formal pública para implantarem o utópico manejo florestal sustentável. Lembrando que o Estado de Rondônia está inserido plano de intergração intermodal da IIRSA, por via rodoviária através do Acre e Guajará Mirim para o Oceano Pacífico e hidrovía multimodal do Rio Madeira via Rio Amazonas para o Oceano Atlântico.

Os projetos de integração estabelecem uma interconectividade entre estes Estados Amazônicos, propondo uma transnacionalização do território através de duradouras parcerias público-privadas para construção destas megas infra-estruturas e exploração de seus recursos naturais colocando em dúvida as verdadeiras consequências dessas ações no futuro.

Comentários conclusivos

A cooperação internacional se faz presente no território amazônico, assim como da Amazônia Ocidental e no Estado do Acre, como uma grande fonte de financiamento de grandes projetos estatais e das ONG's ambientalistas, apesar da tentativa de não dependerem exclusivamente de uma única fonte. Os financiamentos oriundos dos governos federal e estadual também exercem forte influência na composição orçamentária dessas organizações e conseqüentemente na sua atuação. A concretização de suas ações voltadas aos interesses de seus patrocinadores propagando seus interesses através do ambientalismo ambiental. Além do mais, neste processo o poder hegemônico mundial, joga as suas cartas, cabem as nações em desenvolvimento buscar alternativas que consolidem como participantes deste jogo de interesses do capital, por possuírem grandes trunfos, os recursos naturais que regulam a biosfera.

O desenvolvimento de alternativas de desenvolvimento deve adicionar uma competência endógena através da expansão e fortalecimento das instituições de educação, ciência, tecnologia, pois, o meio acadêmico e de pesquisa regional, é forte a presença de instituições internacionais e cientistas de outras partes do Brasil e por estrangeiros com interesses suspeitos, incitando constantemente estes a desterritorialização amazônica redimensionando a sua geopolítica e mapa da Amazônia Ocidental. Portanto, o papel do ambientalismo neste cenário é de suma importância para analisarmos os verdadeiros avanços em prol do meio ambiente, das populações tradicionais, do desenvolvimento regional, assim como a atuação das grandes potências mundiais na região. Estas ações permitem intervenção estrangeira na região, propagando a biopirataria, a mercantilização da natureza, exclusão e alienação das populações tradicionais, além de abrir espaço e facilitar a internacionalização da região através da livre circulação de matéria-primas.

Bibliografia

AMIN, Samir. **Geopolítica del imperialismo contemporaneo**. [s.l.]: Site Rebelión, 2003. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/4549.pdf>>. Acesso em: out/2008.

BANERJEE, S. B. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e reinvenção da natureza. In: FERNADES, M; GUERRA, L. (Orgs.). **Contra o discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém-PA: UNAMAZ, UFPA/NAEA, 2006. p. 77-128.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do terceiro milênio**. Rio de Janeiro-RJ: Ed. Garamond, 2004.

_____. Geopolítica da Amazônia. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo-SP: V. 19, n°. 54, 2006.

CAMELY, N. C. **Os agentes do imperialismo na Amazônia Ocidental: um estudo sobre a intervenção das ONG's no Estado do Acre**. Niterói-RJ: PPGEU/UFF, 2008. mimeo

CARRION, Maria da C.; PAIM, Elisangela S. **IIRSA: Desvendando os interesses**. [s.l.]: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2006. Disponível em: <<http://www.natbrasil.org.br>>. Acesso em: set/2008.

CECEÑA, A. E.; AGUILAR, P.; MOTTO, C. **Territorialidad de la dominación: La Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA)**. 1ª ed. Buenos Aires: Graicor SRL, 2007. Disponível em: <<http://www.geopolitica.ws/leer.php/111>>. Acesso em: set/2008.

CRUZ, V. do C. Territorialidades, indentidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, F. G. B.de.; HAESBAERT, R. (Org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro-RJ: Ed. Access, 2007. p.93-122.

DUTRA, M. S. Biodiversidade e desenvolvimento sustentável: considerações sobre um discurso de inferiorização dos povos da floresta. In: FERNADES, M; GUERRA, L. (Orgs.). **Contra o discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém-PA: UNAMAZ, UFPA/NAEA, 2006. p. 167-193.

GOMES, Zeide L. G. C. **Ambientalismo: um estudo sobre as identidades das ONGs ambientalistas no Brasil**. Brasília-DF: Universidade Católica de Brasília - UCB, 2006. (Dissertação de Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental).

HAESBAERT, Rogério.; GONÇALVES, Carlos W. P. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo-SP: Editora UNESP, 2006.

_____. Concepções de territórios para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. (et al.) **Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio Janeiro-RJ: DP&A, 2006. p. 43-70.

HARVEY, David. A acumulação via espoliação. In: _____. **O novo imperialismo**. São Paulo-SP: Ed. Loyola, 2004. p.115-148.

LIMA, Dermeson de S. A organização social dos seringueiros de Xapuri e a figura de Chico Mendes como mito. In: _____. **Turismo e Desenvolvimento Sustentável: as potencialidades e perfil da demanda turística de Xapuri-AC**. Rio Branco-AC: DEGEO/UFAC, 2003. p.15-29. (Monografia de graduação em Geografia).

PAULA, E. A. de. Enígmias do desenvolvimento sustentável no Acre: a natureza mercatinlizada. In: _____. **Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio de Janeiro-RJ: UFRRJ/CPDA, 2003. p.181-239. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Agricultura).

PINHEIRO, F. de M. **A invenção da Florestania**. Natal-RN: UFRN, 2007. (Artigo apresentado ao Curso de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, mineo).

SAID, Magnólia. **FMI, Banco Mundial e BID: impactos sobre a vida das populações**. Fortaleza-CE: [s.n.], 2005. Disponível em:
<<http://www.esplar.org.br/download/Cartilha.pdf>>. Acesso em: set/2008.

SEVÁ, Fernando. F. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentável: o caso da borracha e da pecuária no Acre**. Rio Branco-AC: UFAC/DECON, 2002. (Monografia de Graduação em Economia).

SILVA, José G. C. da. **A Integração Sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA**. Belém-PA: UFPA/NAEA, 2004. (Monografia de Pós-Graduação em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA).